

APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO PELO ESPAÇO PRIVADO: UM ESTUDO A RESPEITO DO CASO DA SELVA DE PEDRA

João Victor Pacheco Gomes ¹
André Alexandre Inojosa Mendonça ¹

1. Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ
Faculdade de Formação de Professores – FFP
Rua Dr. Francisco Portela nº794 – São Gonçalo – RJ - CEP 24435-000
joavictorpac@gmail.com, andre.i.m@hotmail.com

RESUMO

Este trabalho pretende discutir geograficamente o conceito de território, a partir de dois exemplos concretos da realidade carioca: os condomínios Selva de Pedra e Cruzada de São Sebastião, ambos localizados no bairro do Leblon. Este trabalho foi elaborado a partir da busca em diversos autores, de idéias e definição de conceitos. Consequente a este exercício de recorte e colagem foi, aos poucos, sendo edificada e tomando forma a linha de raciocínio deste artigo.

INTRODUÇÃO

A questão posta para este trabalho é discutir geograficamente o conceito de território, a partir de dois exemplos concretos da realidade carioca: os condomínios Selva de Pedra e Cruzada de São Sebastião, ambos localizados no bairro do Leblon. Este último significou a reterritorialização dos moradores das favelas da Praia do Pinto e da Draga, removidos na década de 60 em favor de uma antiga política de urbanização da cidade do Rio de Janeiro, promovida pelo extinto Estado da Guanabara.

A prática dos movimentos de auto-segregação e de segregação residencial se insere na realidade da maioria das cidades brasileiras. Esta dinâmica não constitui uma lógica recente, se encontra presente desde o surgimento dos primeiros núcleos de ocupação urbana no Brasil. A segregação residencial é fruto de uma sociedade de contrastes, dividida em classes. O estado assume um papel fundamental nesse contexto, na medida em que atua para preservar hierarquias de classes, que têm suas origens desde o período colonial. Essas hierarquias são, em grande parte, responsáveis pela segregação urbana.

É válido ressaltar, porém, que todas as formas e mecanismos de segregação residencial se alteram conforme o passar dos tempos. Toda a forma existente de segregação residencial apresenta uma significação e uma razão bem definidas. O conceito de surgimento dos quilombos, por exemplo, é totalmente distinto do conceito de crescimento das favelas ou dos condomínios de alto luxo. A segregação está presente em todas as áreas da cidade, desde os bairros mais pobres, passando pelos bairros de classe média e chegando até os de alto luxo. Nem sempre a segregação residencial é percebida de maneira nítida na paisagem.

Defendemos aqui, a tese de que toda forma de segregação ou auto-segregação residencial, assume uma territorialidade. Essa territorialidade pode ser entendida tanto no que se refere a questão de relação de poder, de identidade, de classe etc.

A construção deste texto se assemelha a confecção de uma “colcha de retalhos”, pois foi elaborado a partir da busca em diversos autores, de idéias e definição

de conceitos. Consequente a este exercício de recorte e colagem foi, aos poucos, sendo edificada e tomando forma a linha de raciocínio deste artigo.

PRINCIPAIS ABORDAGENS DO CONCEITO DE TERRITÓRIO NA GEOGRAFIA

O conceito de território foi incorporado a Geografia no final do século XIX por Friedrich Ratzel. De acordo com Ratzel, o território seria a expressão legal e moral do Estado, a conjunção do solo (Boden) e do povo, na qual se organiza a sociedade. Assim Ratzel trata de um tipo específico de territorialidade, a do Estado-Nação. A contribuição de Ratzel ganha mais importância, tendo em vista que, passa a trabalhar em diferentes escalas, privilegiando subdivisões de um estado determinado ou atuando em macro-escalas.

Claude Raffestin (1993) destaca em sua obra o caráter político-administrativo do território, isto é, o território nacional, espaço físico onde se localiza uma Nação. Em sua análise, a construção do território revela relações marcadas pelo poder. Para Raffestin o poder é relacional, pois está intrínseco em todas as relações sociais.

A idéia de poder constitui o elemento central da discussão do território, feita por Marcelo Lopes de Souza. Souza (1995) define o território como “espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”. Este poder não se restringe ao Estado e também não se confunde com a violência. Rogério Haesbaert faz uma abordagem mais aprofundada, na medida em que, trabalha com três vertentes distintas:

- 1- Jurídico-política;
- 2- Cultural(ista);
- 3- Economia.

Há de se ressaltar que este artigo dará privilégio a concepção do professor Marcelo José Lopes de Souza e a vertente Cultural(ista) de território do professor Rogério Haesbaert.

SELVA DE PEDRA X CRUZADA DE SÃO SEBASTIÃO

O condomínio da Selva de Pedra, abriga um conjunto de 42 prédios com 2.251 apartamentos, situado numa área delimitada pela Av. Afrânio de Mello Franco e pelas ruas Gilberto Cardoso, Adalberto Ferreira e Humberto de Campos. Foi construído no início da década de 1970, numa espécie de “vazio demográfico”, já que deste lugar haviam sido removidas as favelas da Praia do Pinto e da Draga. De acordo com o Governo do Estado da Guanabara, era preciso, pois, “urbanizar a área então ocupada pela Favela da Praia do Pinto, um dos piores aglomerados humanos com que a cidade contava. Num imenso charco, periodicamente devastado por incêndios, moravam milhares de pessoas, na situação mais precária que alguém possa imaginar. Próximo a essa favela, havia outra, em circunstâncias idênticas – a favela da Draga, o que dava a área um aspecto degradante, exigindo uma solução que conferisse àquelas criaturas condições mais humanas de vida.”

O condomínio foi desenhado para permitir a livre circulação de moradores e não-moradores, por toda a área do projeto. Os prédios eram ligados entre si por quatro pequenas ruas, que convergiam para a Praça Milton Campos. Não havia muros entre edifícios. O projeto original previa bancos nas esquinas, pequenas praças, passeios

pavimentados e bancas de jornal. O foco era a apropriação de espaços comuns para fins de lazer. Suas ruas e praças eram logradouros públicos.

Os moradores da selva de Pedra eram em sua maioria, militares, professores, taxistas e funcionários públicos de classe média baixa.

Os moradores da Cruzada de São Sebastião são vizinhos da Selva de Pedra. Este conjunto habitacional resultou de um programa assistencial para os moradores das extintas favelas da Praia do Pinto e da Draga, por iniciativa de D. Helder Câmara.

A cruzada de São Sebastião era uma área malvista pelos moradores da Selva de Pedra, que mantinham com os “cruzadenses” uma relação de evitação. Os moradores da Cruzada de São Sebastião, lutam para se livrar do estigma de favelados. Já os moradores da Selva de Pedra empreendem inmensuráveis esforços para se distinguir e se proteger da “ameaça vizinha”

Observamos então o choque entre duas territorialidades distintas; dois espaços delimitados por conjuntos de identidades distintas. Os moradores da Selva de Pedra procuram afastar a idéia de conjunto, termo geralmente empregado para habitação de famílias de baixa renda. As distinções e mecanismos discriminatórios colocam aquilo que o sujeito tem pavor de ser.

É importante ressaltar que os moradores da Selva de Pedra nunca exerceram uma relação direta de poder em relação aos moradores da Cruzada de São Sebastião. Porém a discussão se dá numa escala muito mais abrangente, ao repensarmos a sociedade brasileira, profundamente estratificada, de classes e hierarquias amplas.

As identidades neste exemplo caminham de forma paralela, gerando rivalidades, preconceitos e estereótipos. Os moradores da Cruzada não eram bem vistos freqüentando as áreas da Selva de Pedra. A cruzada São Sebastião é tida como um espaço subqualificados socialmente habitado por marginais e favelados.

A partir do exemplo da Cruzada e da Selva de Pedra, podemos enxergar como processam relações sociais e percepção de categorias. Na cruzada foi edificada uma relação de pertencimento ao local e de identidade. Na Selva de Pedra as relações entre os moradores eram quase inexistentes. Era, na maioria das vezes, entrar e sair. O espaço exterior dos apartamentos não permitia os contatos e os regulamentos do condomínio proibiam o estar nesses lugares.

Os moradores da Selva de Pedra organizaram-se contra os hospedes indesejados. Criaram a ADESPE (associação de condomínios para desenvolvimento da selva de pedra). Dentre as alianças políticas que foram capazes de consolidar a que trouxe maiores benefícios foi a da deputada federal Solange Amaral. Após diversos decretos e ementas, o condomínio se “fechou”.

O estado legitimou a incorporação privada de um espaço público. As praças e ruas que antes eram públicas, hoje são partes integrantes do condomínio. Observamos, portanto, um movimento de auto-segregação. Devemos também levar em consideração a especulação imobiliária, já que o fechamento valorizou os imóveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos afirmar que não se pode compreender a questão da territorialidade ou da segregação através da simples observação da paisagem. É necessário ir mais além, buscar o contexto histórico, realizar trabalhos de campo, entrevistas, pesquisar os conceitos-chave. Somente a partir de um grande esforço de raciocínio e de interpretação é que pudemos, neste trabalho, dar o pontapé inicial para a nossa reflexão.

No entanto, pode-se dizer que ocorre um empate entre dois territórios com limites muito tênues porém, muito claros, além de atritos e contradições existentes entre dois grupos: os moradores desterritorializados das favelas da Praia do Pinto e Draga, que hoje são vistas como instrumentos e os habitantes da Selva de Pedra.

BIBLIOGRAFIA

ANGELO, Miguel. Território e Prostituição na Metrópole Carioca. 1º ed. – São João de Meriti, Rio de Janeiro: Ed. Ecomuseu Fluminense, 2002

SOUZA, M.J.L. O Território sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: Castro (org) Geografia Conceitos e Temas. Rio de Janeiro. Bertrand, 1995

MELLO, M.A.S. Selva de Pedra: apropriações e reapropriações dos espaços públicos de uso coletivo no Rio de Janeiro. In: Neide Esterci, Peter Fry e Minas Goldenberg (org). Fazendo Antropologia no Brasil. Rio de Janeiro. DP & A 2001.

VALVERDE, Rodrigo Ramos H.F. Transformações no conceito de território: competição e mobilidade na cidade. São Paulo: GEOUS, 2004

RAFFESTIN, Claude. Por uma Geografia do poder. Tradução de Maria Cecília França, São Paulo: Ática, 1993